

REVÚS, REVOLUÇÃO TOTAL OU TUMULTO SOCIAL

Thais Barbosa De Faria

Mestranda em História social pelo programa da UFRJ (PPGHIS). Estudo África contemporânea. Formada em História pela UGF, professora de fundamental II e Ensino Médio.

RESUMO

O presente artigo discorre sobre o Movimento dos Revús, em Angola, o qual se trata de um grupo de jovens revolucionários que, ao lutarem por seus direitos, foram presos e julgados pelo Estado. Após esse ocorrido, o Movimento se torna, declaradamente, uma força política contra o governo. A partir de conceito como estadolatria, busca-se, por meio deste estudo, explicar o funcionamento do Estado Angolano. Outros conceitos concorrem para uma melhor compreensão do referido cenário, como os de epistemicídio, colonialidade do poder, colonialidade do saber e racismo, os quais serão abordados. Ademais, busca-se situar os conceitos referidos a uma perspectiva decolonial, em que há uma ruptura com ideologia e a postura eurocentrada, como compromisso de compreender a voz dos que foram invisibilizados na modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

Angola; Movimento Revús; jovens revolucionários; Estado; colonialidade.

ABSTRACT

This article discusses the Revús Movement, in Angola, which is a group of young revolutionaries who, when fighting for their rights, were arrested and tried by the State. After this incident, the Movement became, declaredly, a political force against the government. Using a concept such as state law, this study seeks to explain the functioning of the Angolan State. Other concepts contribute to a better understanding of this scenario, such as epistemicide, coloniality of power, coloniality of knowledge and racism, which will be addressed. Furthermore, we seek to place the concepts referred to in a decolonial perspective, in which there is a break with ideology and the Eurocentric stance, as a commitment to understanding the voice of those who have been made invisible in modernity.

KEYWORDS

Angola; Revús Movement; young revolutionaries; State; coloniality.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como arcabouço o Movimento dos Revús, que foi o movimento protagonizado por parte da sociedade civil de Angola, constituído por um grupo representativo da sua juventude, denominado “ultra-confrontacionistas”. Esse grupo é protagonizado por jovens revolucionários, envoltos ideologicamente por um viés decolonial.

Este grupo se formou a partir de 2011, com o propósito de questionar as políticas adotadas pelo Movimento Pela Libertação de Angola, o MPLA, partido que rege o país desde 1975 e que tem por objetivo “remover o presidente”. Desse modo, o Movimento dos Revús foi embalado pela conjuntura da “Primavera Árabe”, que se configurou por ondas de protestos pelo Norte da África e no Oriente Médio, com a finalidade de derrubar regimes longevos e autoritários. A partir dessas intensas movimentações políticas, a colonialidade do poder passa a ser questionada.

O estopim para a popularização do Movimento dos Revús se deu a partir de um episódio específico, quando, em um encontro do grupo de jovens no dia 20 de junho de 2015, na livraria Kiazele, em Luanda, cerca de 15 jovens que buscavam pelo título “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: filosofia da libertação para Angola”, de Domingos da Cruz (uma adaptação do livro de Gene Sharp, “Dictator ship to democracy”) foram interrompidos pelo Estado, presos e julgados. Um dos argumentos do governo angolano para a condução dessas prisões foi o de que a obra citada inspirou revoluções nos países da Europa no leste nórdico e países africanos.

A partir desse acontecimento, o movimento dos jovens Revús em Angola levantou enormes discussões dentro e fora do país. Outrossim, na sequência outro movimento revolucionário criou enormes receios na classe dirigente de Angolana, a qual passou a temer um processo semelhante aos do Norte de África, que colocou em perigo a manutenção da ordem política vigente, interferindo nos poderes e na ordem da classe hegemônica.

Ocorre que, nesse período, alguns países do continente africano passavam por um fenômeno que se iniciou em 2010, na Tunísia, em movimentos populares visaram à derrubada de governantes ditadores e a uma mudança estrutural em suas dinâmicas sociais. A onda atingiu parte do mundo árabe e o Norte da África e reclamava por mais direitos sociais, como trabalho, saúde e liberdade. Ao mesmo tempo, exigiam o fim dos

longevos regimes autoritários e corruptos. Para além da Tunísia, governada por Zine El-Abidine Ben Ali (1987-2011), em países como Egito, liderado por Hosni Mubarak (1981-2011), e a Líbia, por Muammar Qadaf (1969-2011), os levantes se espalharam pelo Norte da África – Argélia, Djibuti, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental – assim como para países do Golfo Pérsico – Iêmen, Omã, Bahrein, incluindo Iraque, Jordânia e Síria.

Para Miguel (2021), estes movimentos ocorreram devido à transformação política e cultural de novas gerações, conectadas e inspiradas pela cultura global, por conta das novas tecnologias de comunicação. O uso das redes sociais foi, então, um aliado à população jovem para organizar seus encontros.

Os movimentos retratados no âmbito dessas efervescências se constituem de caráter revolucionário, pois almejavam a derrubada de regimes totalitários. Há muito, o autoritarismo integra um elemento da cultura política de todos os países citados, entretanto, na África há uma particularidade, devido ao seu passado colonial: a estrutura de administração patrimonialista, que fora mantida, em parte, sendo apropriada pelas elites locais, e, desde então, reconfigurada devido à demanda do capital global e da burguesia internacional, transformando-se assim, no neopatrimonialismo.

Neste processo, o militarismo configurou-se um braço do Estado, impondo a vontade do governante sobre todos (Bijos & Silva, 2013). Esse contexto foi o responsável por atizar o surgimento de grupos como os jovens Revús, que questionam as mudanças sociais, ou, neste caso, a falta delas e a permanência da mentalidade colonial na realidade angolana.

COLONIALIDADE DO PODER: O CONTEXTO POLÍTICO AFRICANO

Em “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”, o sociólogo peruano Quijano (2005) explicita a respeito do poder e controle que os europeus desenvolveram sobre o mercado mundial e sobre as populações nas colônias, tanto americanas quanto africanas, agregando, desta forma, a África e as Américas ao “sistema-mundo” capitalista. Porém, estas regiões entraram pela porta de “serviço”, segundo Wallerstein (2004) e parece que ainda estão vivendo essa realidade. A dominação e a exploração se fizeram presentes no âmbito material, privando as populações de executarem seu modo de produção, e impôs-lhes o capitalismo, ao passo que reprimiu a sua cultura e religião.

Até os dias de hoje vivemos as consequências desta dominação a olhos vistos, como nas estruturas sociais racializadas e excludentes e na desigualdade econômica. A permanência das mazelas iniciadas pelo colonialismo é denominada por Quijano (2005) de “colonialidade do poder”. Após séculos de impregnação do sistema da colonialidade do poder, as populações indígenas, negros e grupos africanos lutam para o reconhecimento de sua historicidade e, no caso do continente africano, existe também a busca da adequação, da organização³ e de melhor dinâmica de política dos Estados africanos atuais por democracia. A esse respeito, Moraes explica que

(...) o colonialismo que destruiu culturas, subordinou, explorou e massacrou povos inteiros remanescentes, fundou a colonialidade do poder (Quijano, 2005; Grosfoguel, 2018; Maldonado-Torres, 2018). Esse conceito busca se diferenciar de colonialismo justamente para marcar a persistência dos princípios organizadores da sociedade pautados pelo racismo ainda nos dias atuais, mesmo depois da suposta independência dos novos Estados nas Américas e na África (Moraes, 2020, p. 61).

A posição política e econômica adquirida pelos europeus é consequência da monetarização (metais preciosos e escravizados) e da exploração do mercado mundial, fatores característicos da modernidade, do mesmo modo que o racismo. Quijano (2005) pontua que essas sociedades são diretamente afetadas pelo desenvolvimento da modernidade e pela colonialidade do poder, uma vez que apresentam até hoje dependência econômica de países imperialistas e um cenário social de exclusão e hierarquização de pessoas, baseado em tons de pele e etnia, a fim de sistematizar todo um povo.

Em Angola, o MPLA, a personificação do Estado abrange e domina todas as esferas da vida da população, a exemplo da esfera política, da cultural, da econômica e da social, com destaque para o aspecto econômico, uma vez que exerce função essencial sobre a realidade material das pessoas e sobre o seu domínio político (Médard, 2007). Sendo assim, conforme aponta Médard (2007), é percebido um maior controle das elites em relação a esta esfera, induzindo, desta forma, a população a um tipo de dependência em relação à distribuição de favores, quase que exclusivamente pagos com recursos públicos. Nesse ínterim, cabe perceber que a seleção feita pelo Estado para, com isso, se estabelece um sistema permanente de exclusão e, como agravante, estruturado pelo próprio Estado.

³ Após os processos de independência, os Estados africanos foram disputados pelos países da Guerra Fria. Com o fim desta, a democracia foi exigida pelos patrocinadores internacionais, obrigando os países do continente a introduzirem um tipo de governo não condizente com sua cultura.

Esses condicionamentos sempre foram presentes na vivência da população local, porém, com o processo de colonização imposto pelos portugueses, esses condicionamentos se intensificaram. Aliado a estrutura política vigente, praticada pelo MPLA, este tipo de separação étnica consolida e aprofunda as hierarquias e as desigualdades sociais ao promover benefícios para alguns grupos, os mantenedores da elite no topo, em detrimento de outros.

A classificação racial gerou um controle sobre a distribuição do capital em Angola. As abordagens de Moraes (2020) e Quijano (2005) corroboram essa afirmativa e explicam que o racismo é o elemento estrutural da modernidade e da colonialidade do poder. Há, por exemplo, a ideia corrente que de os ovimbundos (grupo étnico que vive em Angola) tem maior vocação e disposição para os trabalhos nos campos, enquanto que os quimbundos (grupo étnico que vive em Angola) seriam mais identificados e dispostos ao trabalho administrativo nas cidades (Quijano, 2005).

Este racismo/classificação foi apropriado e praticado pelo Estado contemporâneo, explica Kilomba (2018). Conforme a estudiosa, o racismo, compreendido aqui como um sistema de exclusão, vem ancorado em dois fatores, a saber: 1 - “A construção do diferente” (Kilomba, 2018, p. 75), em que a pessoa é vista como diferente devido à sua origem racial/étnica. Este fator foi acelerado pela etnografia e pelo discurso de alteridade, a partir do qual o branco é o sujeito normal e padrão. Ainda a respeito dessa visão, Mudimbe (2014), em “A Invenção da África”, discorre sobre o peso da ordem do discurso que leva à marginalização dos povos africano e sua conseqüente epistemologia ou epistemicídio. Essa perspectiva pode ser vista nos textos e nas pinturas na África e mundo afora, nos quais, por exemplo, o negro é assimilado como exótico.

Uma ilustração dessa ocorrência é Saartjes Baartman, conhecida como a Vênus Negra. Escravizada, original do povo khoikho, localizado hoje na África do Sul, foi levada à Grã-Bretanha em 1810 para ser exposta como aberração em feiras europeias.

O fator número 2 apontado por Kilomba (2018) configura-se pelas diferenças estabelecidas que pautam valores hierárquicos. Nesse jogo, há uma sistêmica desvalorização de características físicas das pessoas (como tons de pele), assim como um processo de naturalização de um determinado membro ou grupo, como é o caso dos ovimbundos, mencionados acima. O último fator é uma potente mistura de exclusão,

criação do sujeito diferente e poder, ou seja, “preconceito e poder” (Kilomba, 2018, p. 75).

Essas características são determinantes para entendermos as consequências danosas de um Estado que manteve como diretriz parte da estrutura do explorador, assim como a mentalidade. Nesse contexto, Quijano (2005), Kilomba (2018) e Moraes (2020) trazem a ideia de racismo como elemento central de seus debates, cada um em sua perspectiva, e reconhecendo o Estado como a estrutura necessária para a proliferação e manutenção das desigualdades através da sua própria dinâmica de funcionamento na modernidade. Esta dinâmica se perpetua e é desenrolada em outras áreas da dinâmica social, entre elas, a constituição de saberes.

Portanto, compreende-se que o Estado é o vetor e mantenedor das desigualdades sociais no continente africano. No contexto de instabilidade política e sociedade civil fragilizada, o Estado e as elites locais, muitas vezes, a mesma pessoa (poder personificado) criaram uma cultura política de exploração para o povo e privilégios para o topo das estruturas de poder.

COLONIALIDADE DO SABER: IDENTIDADE E CONFRONTAÇÃO

As perspectivas ora enunciadas nos auxiliam a aprofundar o debate do corpo em si e do não corpo como objeto na modernidade e, principalmente, na África. Asante (2007), em “Afrocentricidade”, dialoga com a importância de o povo negro ter a consciência de si, pois, sem esta, não há reconhecimento de sua legitimidade e nem projeção de sua voz. Grada Kilomba (2018), por sua vez, em “Memórias da plantação”, retrata este cenário de maneira bem significativa ao fazer uma analogia com a máscara de escrava Anastácia, destacando que o silenciamento do negro escancara a “projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo neste caso: ladrão, violento, malicioso, etc.” (Kilomba, 2018, p. 37).

Nesse cenário, o silenciamento dos jovens Revús, nas formas de ameaças, prisões e até participação de forma indireta em determinadas mortes, é uma dinâmica recorrente da política do MPLA, que governa Angola. É interessante observar que, neste caso, não se trata de uma opressão advinda costumeiramente do homem branco, europeu, mas, sim, da personificação deste através das práticas colonialistas, na figura de uma elite negra colonizada a serviço do capital global.

Sobre esse ponto, bell hooks (1989) e Grada Kilomba (2018) trazem os conceitos de *sujeito* e de *objeto* para pautar como ocorre essa dinâmica. Trazendo hooks para a discussão, Kilomba (2018, p. 28) explica que sujeito “são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, de estabelecer suas próprias identidades e nomear suas histórias”. Quanto aos objetos, estes são definidos por outras pessoas, conforme sua identidade, realidade e história, a partir da relação com aqueles que são os sujeitos (Kilomba, 2018).

Em face disto, cumpre entendermos que essa ideia de objetificação perpassa o corpo, a colonialidade do poder, e transcende a materialidade. Aponta Moraes (2020, p. 58), que “(...) o lugar de fala, as experiências, as particularidades e as idiossincrasias de cada cultura, comunidade e coletividade” é o que de fato consubstancia o sujeito. Assim, as produções culturais criada por negros, indígenas e grupos africanos locais precisam ser valorizadas, e não desacreditas. Quando o contrário ocorre, há o epistemicídio: quando a produção do corpo colonizado é colocada numa posição tão insignificante quanto ele (Boaventura, 2009).

Assim, frente a isso é preciso assumirmos uma perspectiva decolonial, de modo que haja o resgate de uma epistemologia dos povos colonizados para além de teorias e visões não eurocentradas de “salvação” ou “redenção”. Atualmente, o que se observa em diversas sociedades no continente africano é a desconstrução da tradição social e cultural dos grupos locais e a criação/imposição das relações baseadas na cultura cristã europeia, as quais têm constituído um “novo espaço/tempo” (Quijano, 2005, p. 123), isto é, novas realidades, obliterantes das identidades.

Todo saber produzido por esses povos tem sido sistematicamente desconsiderado, apequenado, como as filosofias africanas (Kemética, da ancestralidade, Banto Congo, NTU, Ubuntu, Kindeze, entre outras), o comércio mudo, (trocas de mercadorias sem falas) as práticas religiosas (Voduns/Orixás), suas manifestações artísticas (danças, pinturas, música), a medicina popular (com plantas e ervas) etc. Esse processo pode ser denominado de epistemicídio, conforme Boaventura (2009), porque é recorrente e estratégico, promovendo constata desvalorização de tudo que é produzido pelo colonizado. Para consolidá-lo, há, em contrapartida, uma super valorização da cultura e do pensamento europeu, fazendo com que assim se estabeleça uma hegemonia cultural (Gramsci, 1999).

Neste ponto, fica evidente a “colonialidade do saber”, pautada em um saber hegemônico europeu, a partir do esquecimento e do epistemicídio, se perpetua em um quadro estruturado pelo colonialismo e, no caso de Angola, também pelo neopatrionalismo.

Sobre isso, Moraes explica que:

Em resumo, o epistemicídio ataca todas as experiências populares e teóricas que não se enquadram nos padrões de exaltação do Estado, do capitalismo e não se encontra dentro dos moldes “científicos” acadêmicos, positivistas, colonialistas, amplamente parciais sob a farsa da neutralidade axiológica (Moraes, 2020, p. 57).

Considerando que estamos tratando de um país africano, é necessário que se compreendam as relações de forças locais (Gramsci, 1999)⁴, para, assim, compreendermos a constituição das sociedades e de suas elites, bem como dos agentes históricos. Pois somente assim poderemos entender as forças estruturantes do contexto que originou o movimento de jovens revolucionários, quais os agentes políticos e a qual a prática/ação democrática dos grupos sociais.

O ESTADO, NA FIGURA DO MPLA, E O CONCEITO DE ESTADOLATRIA

Para tratarmos também dos desdobramentos apresentados por ocasião do surgimento do movimento de Revús, no âmbito do sistema político, é indispensável que procuremos entender a dinâmica do sistema político angolano, cujo comando está sob a jurisdição e gerenciamento do MPLA desde 1975. Dentro deste contexto, o Estado se torna o elemento central que origina o poder e é o responsável pela organização da sociedade, apresentando-se como uma instituição capaz de proporcionar a ordem, garantir a divisão de bens, assegurar direitos e garantia e, principalmente, manter a hegemonia da elite.

Nesse sentido, Moraes (2020) explica que existe uma deliberada e conveniente adoração ao Estado, ou melhor, uma “estadolatria” – visão a partir da qual a presença e a ação do Estado são insubstituíveis, sendo improvável conceber uma sociedade sem a estrutura oferecida pelo Estado. Esta perspectiva é um ponto de vista liberal, a partir do qual a sociedade é toda controlada pelo Estado.

⁴ Conceito usado por Gramsci (1999) para explicar a conjuntura de elementos internos (sociais, políticos e culturais) e externos (sistema econômico, política internacional, entre outros).

Durante a dinâmica de exploração que levou a Europa ao enriquecimento e à hegemonia política, cultural e econômica, dois fatores se destacam: o colonialismo e o racismo. Ambos conceitos persistiram até os dias de hoje e são alimentados pelo mecanismo de funcionamento do Estado. Do mesmo modo, eles mantêm um tipo de ordem (por coerção) e domínio para o funcionamento do Estado, em um movimento de retroalimentação. Toda essa rede de privilégios e benefícios, por meio da manipulação da máquina pública, gerou concentração de poder e hegemonia nas mãos do partido dominante.

Anteriormente, Angola apresentava já um modelo de governo monopartidário. Com isto, o partido único, o MPLA, assumiu o poder em 1975, após as lutas pela independência, contraindo a hegemonia política do país, aliada à lógica patrimonial que se expande aos aparelhos de Estado, assim conformando uma lógica própria de governança, que durante as duas décadas seguintes foi se consolidando (Vidal, 2008).

Nesse âmbito, apesar de já ter vivido um período de multipartidarismos, o país se viu envolto em uma forte concentração do poder, e passou a se encontrar, nos anos seguintes até os dias de hoje, especificamente nas mãos do Presidente da República e do presidente do MPLA. Conforme aponta Vidal (2016), essa afluência de poder, com o passar do tempo, fortaleceu⁵ o domínio mediante o acúmulo de funções de outros cargos, como: chefe de governo, chefe de Estado, e comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Toda essa rede de privilégios e benefícios, por meio da manipulação da máquina pública, gerou concentração de poder e hegemonia nas mãos do partido dominante. Portanto, o Estado em Angola é uma estrutura importante para as elites manterem seus esquemas de arrecadação. A Sonangol, empresa pública de petróleo, segundo Vidal (2016), utiliza grande parte do seu faturamento para a manutenção das elites no poder, dentro e fora de Luanda, a capital do país.

Tal realidade contribuiu, igualmente, para a pressão social e para a violência política como elementos incorporados à governança do MPLA e presentes no cotidiano da população angolana (Médard, 2007). Portanto, a “grosso modo”, observamos que aspectos inerentes ao autoritarismo, à repressão e à perseguição se

⁵Independente do período, sendo ele: monopartidária (1975-1992) ou multipartidário (1992-atualmente), o presidente concentra os poderes das principais funções do Estado, poder jurídico, constitucional, executivo e militar.

configuraram em uma realidade vivida por inúmeros ativistas, como é o caso dos próprios Revús. Nesse âmbito, o desequilíbrio político e social figura-se como iminente e real, somado ao fato de não haver uma sociedade civil forte e organizada, capaz de enfrentar aspectos estruturais do sistema político – como a maioria das sociedades civis o são, não somente em Angola, mas em toda a África. Contudo, especialmente neste caso, observamos que o atual panorama político de Angola tem marcado a realidade do país por meio de grande interferência do próprio Estado e do partido que o domina.

De acordo com Chabal (1999), toda essa consolidação de poder levou ao paulatino enfraquecimento da democracia, impedindo a participação e a representação ativa da sociedade civil, cuja base foi e ainda é constituída pela mão de obra das camadas populares. Esta maioria da sociedade não desfruta dos privilégios hierárquicos e nem sequer dos serviços sociais mais elementares, tais como a saúde, a educação e o emprego.

Entretanto, a sociedade angolana dialoga com suas práticas e vivências sócio-histórico-culturais. Insere-se, neste íterim, como observado por Médard (2007), Chabal e Daloz (1999) e Bayart (1994), fraca ou inexistente separação entre o Estado e a sociedade civil, não existindo segmentação institucional – o que contribui efetivamente para a sua fragmentação e não consolidação, levando-a, conseqüentemente, a um *status* de não emergência da democracia.

Assim, cumpre esclarecer, nesse passo, que o sistema político angolano do pós-independência (a partir de da transição para o multipartidarismo), se desenvolveu por meio do clientelismo, da “cooptação de adversários”, do autoritarismo, da repressão e de redes de proteção às elites detentoras do poder, que deste modo se prefiguram com pretensões hegemônicas (VIDAL, 2016). Nesse sentido, podemos observar que as relações de poder patrimonial existentes durante o período de colonização com base na gestão dos recursos públicos e na repressão foram notadamente apropriadas pelas novas elites dirigentes, configurando no neopatrimonialismo (Vidal, 2016; Chabal & Daloz, 1999; Bayart, 1994; Médard, 2007, sobre o qual abordaremos adiante.

Além do neopatrimonialismo, o processo de colonialidade (objetiva e subjetiva) que é atuante até os dias de hoje submete a população a inúmeras violências, entre elas a violência institucional, que tem sua origem e proliferação na estrutura estatal. As humilhações cotidianas são embriões para uma potente gestação em prol de uma verdadeira política nacionalista.

Dessa forma, a busca por apoio é primordial nesta batalha. Aos que conseguem aliados, preconiza-se a saída gradual dos exploradores que são substituídos por líderes locais. O continente africano tem alguns exemplos de agentes sociais e políticos que lideraram esses processos de mudanças, como Amílcar Cabral, Thomas Sankara e os Revús.

Temos assim que a análise decolonial tem o potencial de desnudar e potencializar o entendimento sobre os sujeitos que sempre existiram em cada sociedade dominada pelo colonialidade. O processo de tornar-se sujeito é uma constante luta pelo fim da “máscara da Anastácia”. É preciso entender, pois, que o processo de silenciamento e invisibilidade são elementos imprescindíveis para o fortalecimento e a legitimação da colonialidade. A atitude de falar e a leitura são atos revolucionários em situações como as aqui apresentadas – tanto que uma simples leitura feita por um grupo de jovens angolanos proporcionou voz a toda a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- Anibal, Q. 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clasco.
- Asante, M. K. 2007. *Afrocentric Manifesto: Toward an African Renaissance*. Cambridge: Polity Press.
- Bayart, J. F. 1994. *The State in Africa: The politics of the Belly*. Londres: Polity Press.
- Santos, B. de S. e Meneses, M. P. (Orgs.). 2009. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina SA
- Moraes, W. dos S. de. 2020. Crítica à estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. *Teoliterária* 10 (21): p. 54 -78.
- Kilomba, Grada. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed Cabogó.
- Chabal, P. e Daloz, J. P. 1999. *Africa Works: Disorder as political instrument*. Indiana: British Library
- Bijos, L. e Silva, P. de A. 2013. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito, *Revista CEJ XVII* (59): 58-71. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32022716/>.
- Gramsci, A. 1999. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Médard, Jean François. 2007. Nouveaux Acteurs Sociaux, Permanence et Renouveau du Clientélisme Politique en Afrique Sub-saharienne. *Cadernos de Estudos Africanos* 13/14: 18-33. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/422>.

Vidal, N. 2016. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacional. 40 anos de independência em África. *Estudos Ibero-Americanos* 42 (3): 815 – 854.

Wallerstein, I. 2004. *Análise de Sistemas Mundiais: uma Introdução*. Estados Unidos: Ed. Duke University Press.